

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESCENTRALIZADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA NO DIA 25 DE MAIO DE 2023:**

*Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e três, na Biblioteca de Ossela, freguesia de Ossela, sito à Rua Escritor José Maria Ferreira de Castro, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Joaquim Jorge Ferreira**, encontrando-se presentes os/as seguintes Vereadores/as: **Hélder Martinho Valente Simões, Ana Filipa Pinho de Oliveira, Rogério Miguel Marques Ribeiro, Fernando Ricardo Gomes de Oliveira Bastos, Carla Maria de Pinho Rodrigues, José Domingos Campos da Silva e Joana Sofia da Silva Ferreira.***

===== Secretariou a presente reunião, o Assistente Técnico, Jaime Manuel da Silva Marques. =

===== Não esteve presente na reunião, o Senhor Vereador **Rui Jorge da Silva Luzes Cabral**, falta essa considerada justificada. =====

===== O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram 09 horas e 40 minutos, dando assim início à mesma. =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**=====

===== *Intervenção do **Senhor Presidente** <sup>(gravação 00:00:10)</sup>: Endereçou cumprimentos a todos os presentes. Fez referência às comemorações dos 125 anos do nascimento de Ferreira de Castro, que começaram na Escola Secundária Ferreira de Castro com um programa cultural e terminaram na Biblioteca de Ossela, com a inauguração das obras de requalificação das instalações e com a apresentação de um programa de dinamização cultural de Ferreira de Castro. Referiu ainda que: “A melhor forma de comemorarmos o seu aniversário é dizermos que estamos empenhados em transmitir os valores, os princípios, a dimensão humana, a profunda intervenção social e ideológica, que também caracterizou toda a sua vida e toda a sua obra, às gerações futuras. É esta a nossa missão, é a nossa obrigação e nós vamos procurar fazer conjuntamente com a Junta de Freguesia de Ossela, que tem um interesse particular e um especial carinho pelo escritor que é um ilustre filho desta terra.” É isso que nós esperamos vir a fazer, não só junto da comunidade educativa, não só junto dos mais jovens, mas junto da população em geral. É isso que é o nosso propósito, é isso o desafio que nós vamos abraçar a partir de agora, implementando este programa de dinamização cultural, tendo um conjunto de respostas. Essas respostas, são os roteiros literários, é a Casa-Museu Regional, é o Centro Interpretativo Ferreira de Castro, é a requalificação da Escola de Santo António e, naturalmente, a Biblioteca de Ossela.” Deu nota da realização de alguns eventos desportivos e recreativos, tais como: Mercado à Moda Antiga 2023, evento que mostra o nosso movimento associativo, a sua dinâmica, a sua qualidade organizativa. E agradeceu a todas as pessoas que o tornaram possível, desde os funcionários da Autarquia, aos artesãos; aos comerciantes; às associações, aos Bombeiros, à Proteção Civil Municipal. “Depois*

*de três anos de interregno dizer apenas que: a decisão em 2022 tomada pelas Associações, quando nos reunimos com elas, quando disseram que não havia condições para organizar o Mercado à Moda Antiga 2022 e que era preferível um trabalho preparatório de um ano para termos boas condições para arrancarmos, com o “Mercado à Moda Antiga” em 2023, foi realmente uma boa decisão, tiveram razão as Associações, quando entenderam que não havia condições em 2022.”;*

*Os iniciados da União Desportiva Oliveirense foram campeões da Série Norte, da primeira divisão distrital; Os juvenis do São Roque subiram à Divisão de Honra de Sub-17, os do Pinheirense foram campeões de série; O Abílio Valente foi bicampeão nacional de Boccia; O Carlos Bastos, de Fajões, foi Campeão Nacional de Damas; O Ricardo Silva que foi Campeão Nacional de Pool, da 2ª Divisão. O Marcelo Gomes, um Cucujanense, de 23 anos, foi Campeão Nacional de Juniores em Culturismo; O Pinheirense é Campeão Distrital 1ª Divisão; O PARC de Pindelo foi Campeão Distrital de Futsal; Assinalou o 47º Aniversário do Núcleo de Atletismo de Cucujães. Endereçou parabéns aos atletas do NAC, em representação da Seleção de Aveiro no Torneio Nacional Olímpico Jovem, à Villa Cesari que arrecadou 3 títulos distritais. Informou que a nova sede do NAC está quase pronta. Fez referência ao Prémio Cidadania 2022, iniciativa da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, onde foram distinguidos o Dr. António Praça de Vasconcelos, o Rotary Clube de Oliveira de Azeméis, o Senhor Comendador António da Silva Rodrigues e o Dr. Fernando Oliveira e Silva a título póstumo. Ofereceu a cada um dos Senhores Vereadores (PSD) um exemplar do livro do pintor Abílio Guimarães “As Memórias do Nosso Tempo”. Deu nota da realização, no âmbito das Comemorações do dia 16 de maio, uma Assembleia Municipal Jovem, na Escola Secundária Dr. Ferreira da Silva. Deu nota que se efetuou uma pequena recepção às Corporações dos Bombeiros do Concelho, no âmbito das comemorações do Dia Municipal do Bombeiro; Na Área Empresarial de Ul-Loureiro, realizou-se um simpósio “MetalSummit”, no dia 17, é um evento que contou com a participação do Secretário de Estado Pedro Cilínio, onde tivemos a oportunidade de analisar os problemas do setor e também de falarmos sobre aquilo que importa para que se proceda à capacitação das nossas PME’S neste domínio. Deu nota da homenagem prestada ao Senhor António Pereira Pinho, 97 anos, que tem uma especial paixão pela Banda de Música de Fajões e toda a vida esteve umbilicalmente ligada à Banda de Música de Fajões, nasceu em 1926 exatamente no ano da Banda de Música. Agradeceu o trabalho desenvolvido pelo Senhor Comandante Ricardo Fernandes, dos Bombeiros Voluntários de Fajões, que cessou funções. Deu nota da realização da 13ª edição do “Entreartes”, uma manifestação cultural de rua, no Parque de La-Salete; A Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, aproveitou a oportunidade para divulgar escritores oliveirenses. Endereçou os parabéns: aos alunos da EB 2,3 de Loureiro, João Taveira e Eduardo Oliveira, que ganharam uma competição nacional de ciência, e à comunidade Educativa de Loureiro que tem responsabilidades no sucesso destes jovens; à Freguesia de Cesar que comemorou o seu 30º Aniversário de Elevação a Vila; ao Movimento Cesar Solidário que, em pouco mais de 4 meses, conseguiu angariar 150 mil euros para a compra de duas ambulâncias para a Corporação de Fajões. =====*

===== *Intervenção da Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** (gravação 00:24:12):* Cumprimentou os presentes. E sugeriu dividir o PAOD (Período de Antes da Ordem do Dia) em duas partes: a primeira dedicada a Ossela e a segunda dedicada a outros assuntos do Concelho. “Estamos em Ossela, numa reunião descentralizada, no dia a seguir à data histórica onde comemoramos os 125 anos do nascimento do Ferreira de Castro e também os 50 anos da inauguração deste espaço da Biblioteca, pensada, concebida, desenhada e organizada por ele. Foi o próprio Ferreira de Castro que organizou a disposição dos livros e que definiu como queria que as coisas aqui estivessem. Ferreira de Castro, era uma pessoa extremamente minuciosa, sabia exatamente aquilo que queria, deixou registado e espelhado exatamente aquilo que queria, não só, para a sua casa, para a sua quinta, para esta Biblioteca. Ele próprio desenhou este espaço. Ele próprio disse onde é que os livros deveriam estar na Biblioteca. Ele próprio definiu quem deveria cuidar da sua casa, quem deveria cuidar deste espaço. Ferreira de Castro era interessado e preocupado com as gerações vindouras. E em tudo o que pudermos respeitar a vontade de Ferreira de Castro, devemos respeitar. Em alguns aspetos não é possível, porque, por exemplo, ele até definia quais eram as culturas que queria que fossem produzidas na quinta, nós estamos noutra época e verificamos que nem tudo aquilo que ele desejou é possível cumprir nos dias de hoje. Mas tudo aquilo que for possível cumprir, acho que devemos respeitar a vontade do escritor, respeitar o seu legado e respeitar a sua herança que enriquece esta maravilhosa Freguesia de Ossela e o nosso Concelho.” Nós, vereadores do PSD e a comissão política do PSD, andámos aqui na segunda-feira, a visitar a Freguesia. A perceber as necessidades e potencialidades da Freguesia. Tivemos oportunidade de ouvir do Senhor Presidente a apresentação de um programa de dinamização cultural de Ferreira de Castro, que nós saudamos. Deixo aqui algumas sugestões: É ambicioso, o plano, espero que seja concretizado. Ferreira de Castro delineou tudo aquilo que ele queria fazer e que era a sua vontade. Ele nomeou pessoas, concretamente a D. Manuela como guardiã das chaves das suas casas. A D. Manuela tem um potencial extremamente importante, que eu acho que este programa de dinamização cultural tem de aproveitar. A D. Manuela é a memória viva daquilo que nós sabemos sobre Ferreira de Castro, sobre a sua vontade, sobre os seus desejos, ela é a guardiã de alguns dos seus objetos pessoais, é a guardiã de imensas cartas trocadas entre ela e o Senhor Ferreira de Castro, com a vontade dele, com aquilo que ele queria. Tudo isso é um espólio importante. E nós tendo esta memória viva, esperamos que por muitos anos. E quem diz a D. Manuela, diz a sua família, o próprio José Santos, tendo esta memória viva, acho que deve ser aproveitada neste plano, não só recolhendo tudo aquilo que são as memórias que ela tem sobre a pessoa em concreto. A pessoa, nós conhecemos, mas a pessoa em concreto do Ferreira de Castro. E talvez, se ela estiver disponível, utilizar o seu conhecimento. Ela está perfeitamente lúcida, graças a Deus. Ontem tivemos oportunidade de ver como ela se emocionou a ouvir algumas histórias que o Ricardo contou. Ela viveu aquilo na primeira pessoa. Temos de aproveitar este testemunho vivo que temos ainda entre nós. E creio que, o conhecimento e a experiência dela devem ser utilizados neste programa de dinamização Cultural Ferreira de Castro. Segundo julgo saber, foi o Senhor José Santos que ajudou o Ferreira de Castro a colocar os livros lá em cima,

*a pôr tudo direito e a organizar a Biblioteca. Também é uma memória viva daquilo que se passou. Além de ter sido o Senhor José Santos o primeiro encarregado desta Biblioteca, durante algum tempo era ele que se encarregava de a abrir e era a D. Manuela que durante décadas teve a responsabilidade de zelar por este espaço. Era ela que limpava, arrumava e que encerava este chão de madeira. Foi com o seu esforço que esta casa foi mantida durante muitos anos. Não era só o seu esforço e o seu trabalho, era o seu amor, era a sua dedicação, ela sentia que estava a cumprir um desígnio, que estava a cumprir uma missão que lhe tinha sido determinada pelo próprio. Isso deve ser aproveitado. Esta memória viva deve ser aproveitada. A história existe, nada a pode apagar. Mas, confesso, e tenho de deixar este desconforto pelo facto de se ter colocado uma placa de inauguração da requalificação deste espaço e de ser omitido o nome do Presidente da Junta. Estando ele pessoal e intimamente ligado a este espaço, e sendo o Presidente da Junta de Freguesia em exercício, no momento desta requalificação era da mais elementar justiça que o seu nome constasse da placa de inauguração, até por uma questão de reconhecimento por esta história à qual ele está íntima e pessoalmente ligado. A propósito da visita que fizemos a Ossela: O painel da frente do edifício está muito bem conseguido e, portanto, foi uma requalificação bem conseguida. Era vontade de Ferreira de Castro que este espaço reproduzisse o seu posto de trabalho, era vontade expressa dele que aqui neste espaço estivesse reproduzido o seu local de trabalho. Se houver a possibilidade de enquadrar isso, talvez lá em cima na zona do Museu, era cumprir uma vontade de Ferreira de Castro. Passamos às obras do Centro Interpretativo: vai-se resolver alguns problemas de acessibilidade à casa. O Senhor Presidente falou na colocação de um corrimão. Os serviços da Câmara devem estar atentos, porque a casa está classificada e há limitações em relação à colocação de um corrimão. Vai haver uma acessibilidade, para pessoas com dificuldades de acessibilidade, através do novo edifício. Isso também é uma mais-valia, porque as pessoas estão impossibilitadas de aceder ao espaço. O Centro Interpretativo esperemos que cumpra a sua função, vai ficar enquadrado, dando uma mais-valia àquele espaço da Casa-Museu. Chamaria à atenção para o facto de, sendo a obra da responsabilidade da Junta de Freguesia, ser necessário fazer protocolo para que as verbas sejam encaminhadas para a Junta poder pagar a quem trabalha. Isso ainda está algo atrasado. Depois chamo à atenção, e isso deve ser uma preocupação da Câmara Municipal e do empreiteiro, há ali várias obras, vários espaços e vários elementos na casa que devem ser preservados, nomeadamente, aquela hortense na entrada da casa que foi plantada pelo próprio Ferreira de Castro há mais de 50 anos. Em relação ao Centro Interpretativo: esperamos que as coisas decorram dentro de toda a normalidade. Lugar de Bustelo do Caima: é um dos mais isolados da Freguesia, a rede viária lá é miserável, a ligação que temos é através da Ponte Nova; Ponte Nova foi vistoriada e chegou-se à conclusão de que não estaria em condições de aguentar com grande peso. Eu pergunto - primeiro: A propósito da vistoria às pontes - a Câmara Municipal comprometeu-se a fazer uma vistoria às nossas pontes - Essa vistoria foi feita a todas as pontes antigas que temos? Sabemos que a esta foi. Foram feitas vistorias às outras? Em que estado é que estão as nossas pontes? Qual o resultado dessa vistoria? Nós nunca tivemos conhecimento que*

*intervenção é que se vai fazer naquela ponte, ela é a única ligação a este Lugar de Bustelo do Caima. Que intervenção vai ser feita na ponte até que possam passar os veículos necessários para fazer a requalificação das vias? Há outras vias que também necessitam de uma intervenção urgente, nomeadamente: Estrada da Ribeira, foi colocado lá um alcatrão que se verificou que não tinha condições, era miserável, e está completamente degradado. Centro Escolar de Ossela. - se efetivamente é para avançar, não é para avançar, qual o ponto de situação ao Centro Escolar de Ossela?”* =====

===== *Intervenção da Senhora Vereadora **Joana Ferreira** (gravação 00:41:43):* Cumprimentou os presentes. Em seguida apresentou as seguintes preocupações: “estas freguesias e estes locais que são mais descentralizados, como é que é feita a dinamização da nossa população sénior, ou seja, que ofertas é que existem para a população envelhecida, com as suas características, uns mais autónomos outros menos. sabemos que quando oferecemos algo, devemos oferecer algo de forma equitativa para chegar a todo este público. Tivemos a oportunidade de visitar a escola de Santo António, onde estava pensado um polo multigeracional para esta escola. Efetivamente, não há uma grande dinâmica, não há um grande dinamismo daquilo que é a oferta de atividades para a população mais velha. Isso para nós é uma grande preocupação. Aqui, a questão que se coloca, Senhor Presidente: - escola de Santo António: Uma vez que há tanta esperança que esta escola seja um polo multigeracional que possa ser dinamizado e pensado para toda a população, em especial para a população mais velha - Este polo já perdeu aqui algum sentido de realidade ou se efetivamente é para avançar e é para dinamizar este local, tendo em conta aquilo que é a população mais velha em Ossela? Praia fluvial do Pedregulhal: Um sítio lindíssimo, encantador para levarmos as nossas famílias, as nossas crianças, com boa acessibilidade, mesmo para as pessoas com mobilidade reduzida, mas a verdade é que sabemos que ele não está preparado para ter as pessoas durante muito tempo, porque não tem condições para isso. Nós sabemos que as obras são uma ambição sua, também dos seus colegas vereadores - e a pergunta é: Gostaríamos de saber em ponto de situação é que está esta praia fluvial do Pedregulhal e a possibilidade de nós podermos frequentar a mesma de forma digna e com todas as condições necessárias?” =====

===== *Intervenção do Senhor Vereador **José Campos** (gravação 00:46:41):* Cumprimentou todos os presentes. Associou-se a todas as referências que o senhor presidente foi fazendo ao longo da sua intervenção. “Fazer aqui uma referência especial ao Senhor Comandante Ricardo Fernandes, que deixa o comando da Corporação de Bombeiros de Fajões, vai abraçar um novo desafio e desejar-lhe as maiores felicidades e um agradecimento especial pelos serviços prestados à comunidade no tempo em que exerceu funções. E desejar as maiores felicidades ao novo comandante Jorge Bastos. Eu queria aqui falar de dois assuntos, que o senhor presidente já abordou: O assinalar do Dia Municipal do Bombeiro - coincide com o dia de elevação de Oliveira de Azeméis a cidade, de facto este ano cingiu-se aquele dia a uma receção aos comandantes e aos corpos dirigentes das corporações de bombeiros na sala de reuniões da Câmara Municipal. É de

*facto pouco. O Dia Municipal do bombeiro, na nossa opinião, deve servir para celebrar e homenagear os operacionais das corporações. Por isso, pergunto-lhe: se já nos pode adiantar o que é que está previsto para os próximos dias para comemorar o Dia Municipal do Bombeiro? Mercado à Moda Antiga: Saudamos o regresso do Mercado à Moda Antiga, após três anos de interregno. Nós queríamos aqui realçar o esforço, a competência, a abnegação, a capacidade que as associações e os artesãos que participaram no Mercado à Moda Antiga mais uma vez demonstraram. Correu muito bem, mas também há aspetos a melhorar. Mas a verdadeira avaliação e o verdadeiro balanço nós preferimos esperar pela avaliação do evento por parte de quem realmente o faz, que são as associações. Há um aspeto que é fundamental no Mercado à Moda Antiga que é o apoio logístico que a Câmara Municipal dá, tem de ser cada vez melhor. O apoio logístico da Câmara Municipal é essencial, não está aqui em causa o esforço de todos os funcionários, está aqui em causa é a necessidade de, se quisermos continuar a ter o Mercado à Moda Antiga como um evento âncora e de promoção o nosso território. Confesso, fiquei um bocadinho espantado, não estava à espera que o Senhor Presidente ao falar do Mercado à Moda Antiga de 2023 fosse falar do facto de não ter havido Mercado à Moda Antiga em 2022 e ter colocado a responsabilidade total de o Mercado à Moda Antiga em 2022 não ter acontecido pelo facto de as associações é que não o quiseram. Duas coisas: Primeiro - Nós não concordamos, isso ficou bem claro no passado e tem que ficar bem claro agora, de não ter havido Mercado à Moda Antiga em 2022. Continuamos a achar que havia todas as condições. Portanto, dizer que: «em boa hora as associações decidiram não fazer o Mercado à Moda Antiga em 2022, ainda bem que o fizeram». 2022, já passou e, se calhar, não havia necessidade de o voltar a puxar. Querer realçar aqui que as associações é que foram 100% responsáveis pelo facto de não ter Mercado à Moda Antiga em 2022, não parece correto. E volto a dizer, em termos logísticos, a preparação tem que ser feita como foi feita atempadamente, e, aí sim, as associações estariam disponíveis para participar em tudo aquilo que são eventos. Ainda sobre o Mercado à Moda Antiga, tivemos o regresso da RTP e faço uma pergunta muito concreta: qual foi o investimento que o município teve que suportar com a presença da televisão no domingo?» =====*

*===== Intervenção do **Senhor Presidente** para dar resposta às intervenções anteriores (gravação 00:54:30): “A sugestão que foi dada pela Dra. Carla Rodrigues, ao papel da D. Manuela enquanto guardiã de chaves e de memórias. As chaves, continua a guardá-las, nunca foram pedidas. E as memórias continuam a ser preservadas, porque tem uma lucidez extraordinária. O aproveitamento das memórias vivas da D. Manuela: Nós temos tido essa preocupação, seja com os nossos vidreiros, seja com as padeiras de Ul, seguramente que esse trabalho será feito e deverá ser feito. Todo este projeto de dinamização tem um envolvimento completo do Senhor Presidente da Junta de Freguesia. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia é o guardião de que a sua mãe vai ser envolvida naquilo que são as memórias que importam preservar e, no caso concreto, do local que José Maria Ferreira de Castro gostaria de ver replicado neste espaço a Biblioteca de Ossela como sendo este o seu gabinete. Ele não quer qualquer espaço. Ele definiu rigorosamente*

*a decoração desse espaço. Ele disse à D. Manuela onde queria a secretária, a cadeira, o quadro e qual é o local na Biblioteca onde ficará o seu gabinete. Esse local já foi criado, é atualmente utilizado pelo Centro de Estudos Ferreira de Castro. Logo que tenhamos condições para que o Centro de Estudos Ferreira de Castro ocupe outras instalações, naturalmente que sendo fiéis aquilo que era a sua vontade, decoraremos aquele espaço de acordo com aquilo que era a sua vontade e aquilo que foi transmitido presencialmente à D. Manuela. Vamos ter condições para replicar esse espaço. Era essa a vontade de José Maria Ferreira de Castro. Em relação à placa de inauguração do espaço e da omissão do nome do Senhor Presidente da Junta de Freguesia: A única coisa que posso dizer é que tive conhecimento da placa no dia que a descerrei. O Presidente da Câmara Municipal não interfere no que está nas placas. Muitas vezes procura sugerir que se acrescente, por exemplo, o agradecimento aos colaboradores da Câmara. Também, deixe-me que lhe diga: não é prática habitual fazer menção aos Presidentes de Junta nas placas de inauguração. E se o tivessem feito, neste caso em concreto, acho que era uma prática que se deveria manter em todas as inaugurações. Não era essa a prática no passado, nem me parece que seja a prática no presente. Claro que, para mim, teria todo o gosto. Mesmo com a estreita ligação que um Presidente de Junta, num dado contexto, possa ter num ou noutro equipamento requalificado, não é habitual essa prática. O que não quer dizer que não esteja disponível para alterar. De certa forma essas placas também simbolizam um momento importante na vida das instituições e dos equipamentos. Para mim, não haveria qualquer problema, muito pelo contrário. Em relação à Casa-Museu Ferreira de Castro e à criação das acessibilidades: Elas são absolutamente fundamentais, porque nós quando queremos que as pessoas conheçam o local onde Ferreira de Castro nasceu, viveu, e não criamos condições que o permitam fazer é evidente que estamos a coartar a possibilidade de as pessoas perceberem a essência das origens e raízes de Ferreira de Castro. A construção do novo edifício vai criar essas condições de acessibilidade e vai permitir que as pessoas com mobilidade reduzida possam aceder ao espaço. Em relação ao apoio da Junta de Freguesia: O protocolo para esse apoio. Nós não falhamos até ao momento com nenhuma Junta de Freguesia, não vamos falhar seguramente com a Junta de Freguesia de Ossela. A seu tempo formalizaremos tudo aquilo que for necessário formalizar. Em relação à hortências: temos um conjunto de fiscais da obra (Presidente da Junta e habitantes de Ossela) que podem assegurar que a hortências e outros bens ambientais possam ser preservados. Em relação a Bustelo do Caima: a rede viária é, efetivamente, muito má. Esteve adjudicada. A rede viária de Bustelo do Caima ia sofrer uma profunda requalificação. O que acontece é que a ponte apresentou fragilidades e durante muito tempo aguardámos um estudo estrutural, um estudo de estabilidade da ponte, que nos foi entregue há uma ou duas semanas. Este estudo aponta para um conjunto de intervenções, que exigem recursos financeiros enormes, para se criarem condições. Não estamos a falar de risco estrutural, mas há um conjunto de intervenções que têm de ser feitas para que a ponte recupere a estabilidade que é necessária e recupere também capacidade para servir a população durante muito tempo. Aquelas pontes, na altura em que foram construídas, não foram pensadas para grandes camiões com madeira, para trânsito de muitas toneladas a passar por ali.*

*Estamos a fazer a análise técnica do trabalho que foi feito. Para além da intervenção na ponte, que já exige recursos financeiros avultadíssimos, é fundamental que se recupere o açude porque a ponte vai continuar a sofrer processos de erosão que resultam da força das águas. Existe uma vistoria feita há alguns anos ao estado das pontes, neste momento não existe nenhuma vistoria atual. Aquilo que nós vamos fazendo é uma avaliação visual do estado estrutural das pontes. Nós temos tido um processo de recuperação de algumas pontes que apresentavam fragilidades, temos feito essas intervenções. Neste momento estamos a fazer uma intervenção numa ponte em Vilar. Sempre que verificarmos que existem fragilidades nas pontes nós faremos essas intervenções. Em relação à Estrada da Ribeira: ela já apresenta algumas fragilidades. Estamos a notificar o empreiteiro, no âmbito da garantia. Reconhecemos que não foi uma boa solução. Em relação ao Centro Escolar de Ossela: duas Nós temos realidades: temos Selores e Vermoim, o Centro Escolar passaria por juntar essas duas realidades. A construção do Centro Escolar tem a particularidade de exigir um grande investimento. A Escola de Selores, teria de desempenhar uma outra missão, não a iríamos abandonar. Em relação à dinamização da população sénior: sublinhar aqui o trabalho da “Comossela” que é muito importante junto da nossa população sénior de Ossela. É evidente que a intervenção que está prevista para a Escola de Santo António, está em fase de projeto, quando este estiver bem delineado nós vamos apresentá-lo à Junta de Freguesia. O que vai acontecer na Escola de Santo António é a recriação da sala de Ferreira de Castro, onde ele estudou, ao mesmo tempo que vamos procurar fazer alguma recriação de um Museu da Educação com um conjunto de peças e apontamentos da época e ter ali um percurso histórico da evolução do ensino até aos dias de hoje. Em relação ao Pedregulhal: é um local de excelência que reúne todas as condições para ser a primeira praia fluvial do Concelho. É também uma promessa eleitoral. Aqui há um envolvimento direto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia que, com um funcionário da Câmara, está a contactar os proprietários para procurar que nos sejam disponibilizadas as áreas para implementação da resposta. Foi definido, um primeiro perímetro de intervenção, algo ambicioso. Não estão contactados todos os proprietários, nem cedidos todos os terrenos. Não é possível avançarmos com o projeto sem termos a área definida. Estou completamente de acordo, quanto ao potencial daquela área. Mas realmente tem fragilidades; não há água no local, não há uns sanitários. É muito importante esta resposta para a dinamização de Ferreira de Castro. Podemos aproveitar este elemento natural, que tem potencial turístico, para potenciar a cultura. É isso que nós queremos fazer. É induzir de forma bilateral, ou seja, através da cultura, induzir pessoas para o Pedregulhal e, através do Pedregulhal, induzir pessoas para a cultura. A resposta do Pedregulhal é para nós muito importante que fosse executado. Em relação ao Dia Municipal do Bombeiro: não se trata de se a comemoração ainda não se realizou. Os Bombeiros merecem-nos toda a consideração. Acho que temos sido absolutamente claros, em relação a isso. O Dia Municipal do Bombeiro tem vindo a ser trabalhado, de há muitas semanas a esta parte, entre o Serviço Municipal de Proteção Civil e as duas corporações. O programa, é conjunto, está a ser encerrado, vai terminar com um jantar oferecido aos nossos bombeiros num restaurante do concelho. A receção aos Membros da Direção e ao Comando, no Salão Nobre da*

*Câmara Municipal, foi apenas um gesto e um ato simbólico, para assinalar o dia. Eu sou daqueles que acham, que o Dia Municipal do Bombeiro é todos os dias. Nós devíamos, através das nossas práticas diárias, darmos dignidade à missão das nossas corporações. Não é acharmos que as comemorações de um dia, num ano, significam o reconhecimento por todo esse trabalho. Em relação ao “Mercado à Moda Antiga”: A avaliação deste evento vai ser feita, como é feita a avaliação de todos os outros eventos. Claro que há um conjunto de aspetos que podem ser melhorados. Em relação ao apoio logístico prestado pela Câmara Municipal: A Câmara faz tudo o que estiver ao seu alcance, não nega nenhum tipo de apoio logístico. É isso que temos feito e vamos continuar a fazer. Somos gratos a quem permitem que o evento se realize. Senhor Vereador, eu não fui buscar nenhuma cassete atrás, a única coisa que sublinhei foi a verdade. Não houve vontade política? O Senhor Vereador não esteve presente na reunião com as Associações. Eu estive presente, a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis esteve presente, quase três dezenas de Associações estiveram presentes. E foram as Associações que intervieram, foram os responsáveis, os representantes dessas Associações que disseram que não haviam condições para realizar o Mercado à Moda Antiga em 2022. O fim da pandemia foi decretado, a partir do momento em que foi decretado imediatamente contactámos as Associações e reunimos com elas e perguntámos se elas tinham condições. Não há mais nada a discutir, em relação a isto; foi quase que unânime: decidiu-se não organizar o “Mercado à Moda Antiga” - sugestão das Associações: «Vamos trabalhar durante o ano de 2022, para termos um arranque em 2023 a sério.»* =====

===== *Intervenção do Senhor Vereador **José Campos** (gravação 01:19:50): “Senhor Presidente. Uma coisa é a decisão, e disso não tenho dúvidas absolutamente nenhuma que a decisão partiu das Associações, outra coisa bem diferente, e foi aquilo que o Senhor Presidente disse, e está a corroborar agora, é que a responsabilidade de não se ter feito o Mercado à Moda Antiga em 2022, é da exclusiva responsabilidade das Associações. E é relativamente a isso que nós não estamos de acordo. Aquilo que nós lamentamos é que não tenha sido ponderado, pensado, e preparado a realização do “Mercado à Moda Antiga 2002” mais cedo. Foi isso que despoletou toda a situação seguinte.”* =====

===== *Intervenção do **Senhor Presidente** (gravação 01:22:48): “Senhor Vereador, não foi isso que aconteceu. Ninguém disse que de fevereiro até maio não havia condições para assegurar o “Mercado à Moda Antiga”. A Câmara Municipal disse que fazia tudo o que estivesse ao seu alcance, os possíveis e impossíveis, caso fosse essa a vontade das Associações, para que o “Mercado à Moda Antiga” se realizasse. Aliás, se fosse essa a vontade das Associações, garanto que o “Mercado à Moda Antiga” em 2022 se tinha realizado. Não foi uma decisão da Câmara Municipal, porque quem manda neste processo são as Associações. Em relação ao investimento da RTP, o “Aqui Portugal”: Eu não sei exatamente quais são os números do investimento. A única coisa que lhe posso dizer em relação à presença da RTP neste evento “Mercado à Moda Antiga”,*

*é que nós não pagamos a presença da RTP. Aquilo que nós asseguramos são refeições, alojamento, segurança, esse tipo de coisas. Ou seja, investimentos que sejam absolutamente reduzidos, comportáveis. Não pagamos a televisões para se deslocarem ao nosso concelho para fazerem a cobertura, a não ser pelos meios logísticos que são assegurar as refeições, os lanches e alojamento das equipas. Havendo condições para isso, nós teremos a RTP ou outro canal de televisão cá. Não havendo condições para isso, não teremos o canal de televisão cá, como já aconteceu noutras eventos.”* =====

===== *Intervenção do Senhor Vereador **José Campos** (gravação 01:25:20): “Relativamente a esta questão do investimento na vinda da RTP: No início do anterior mandato, em um ou dois anos consecutivos, já não me recordo, isto até foi algo que gerou alguma discussão, na Reunião de Câmara, porque nós, Vereadores do PSD sugeríamos, porque não a RTP continuar a promover o “Mercado à Moda Antiga”. Na altura, o Senhor Presidente disse que era muito caro, custava muito dinheiro, e que não fazia sentido. A pergunta que faço: Na altura, tinha informações que a RTP cobrava além dos custos que falou algum cachet e agora já não cobra. O que é que mudou? Ou foi o Senhor Presidente que mudou de opinião de achar que este apoio que agora é dado, antes era caro, mas agora já não é. Gostava mesmo de perceber, se a RTP antes cobrava cachet e agora não cobra ou se os custos seriam mais ou menos os mesmos. O que o fez mudar de opinião?”* ===

===== *Intervenção do **Senhor Presidente** (gravação 01:27:16): “Senhor Vereador, eu não tenho nenhum problema em reconhecer quando me equivoque ou quando errei, ou quando não fiz bem. Eu não tenho esse problema. O Senhor Vereador está a perguntar-me, o que é que mudou? O que mudou foi a situação financeira trágica que o Município tinha, porque o Senhor quando queria a RTP cá devia 30 milhões de euros. Mesmo que o valor fosse o mesmo, admita este exercício, o valor para trazer cá hoje a RTP era exatamente o mesmo valor do que há sete anos atrás, há seis anos atrás, há oito anos atrás. Admita que é exatamente o mesmo valor. A diferença é na responsabilidade. O Senhor não entende isto. Então deve-se 30 milhões de euros, com as escolas todas degradadas, as estradas como ainda hoje estão todas degradadas. O Senhor ainda não percebeu quem gere a Câmara Municipal? Quem gere a Câmara Municipal somos nós, não são os Senhores. Os Oliveirenses disseram de forma clara, por duas vezes, que não gostaram das decisões que vocês tomaram. Nós estamos a tomar estas decisões e fazemos a gestão da Autarquia de acordo com aquilo que nós entendemos que a cada momento e face ao contexto devemos fazer. É isso que fazemos agora. E é isso que nós vamos fazer no futuro.”* =====

===== *Intervenção da Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** (gravação 01:35:00): “O Senhor Presidente referiu aqui a atribuição do prémio cidadania e foi inquestionável a qualidade dos nomes indicados. Questões da assembleia municipal, como o prémio cidadania, acho que devemos discutir na Assembleia Municipal. Há ali alguns aspetos que podemos melhorar. Uma coisa é o prémio cidadania e outra coisa é um prémio carreira, e, no fundo, o que nós estivemos ali dar foi*

*quase um prémio carreira. Temos de melhorar isso. Eu só queria chamar aqui à atenção para um aspeto da responsabilidade câmara municipal: A organização do protocolo do evento. Eu acho que os funcionários, os gabinetes, têm que ter formação em protocolo. Os funcionários fazem o melhor que podem e sabem, mas, com certeza não será função da Dr.ª Margarida aquela função que ela esteve a desempenhar, independentemente do esforço dela e da qualidade do trabalho dela. Eu creio que deve de haver, isto não se verificou só no prémio cidadania, mais cuidado da câmara municipal na organização do protocolo, mais formação dos funcionários da câmara municipal para este tipo de eventos, porque de facto nós tínhamos ali pessoas ilustríssimas de Oliveira de Azeméis e há um certo cerimonial, há um certo rigor, um certo cuidado que deve ser posto. É a nossa opinião. Há protocolo que deve ser seguido, porque é a Câmara Municipal, é a Assembleia Municipal. Chamamos aqui atenção para a melhoria deste aspeto. Deve ser dado um maior profissionalismo a esta parte. Em relação á Assembleia Municipal Jovem: Saudamos o empenho das escolas e dos alunos. Correu tudo muito bem. A organização correu bem. As sugestões e as propostas foram o que foram, mas muito acertadas no elogio a determinadas figuras que merecem esse reconhecimento. O auditório da escola (Dr. Ferreira da Silva - Cucujães) é muito exíguo. Achamos que também deve ser feita também uma avaliação com as escolas, com os serviços da Assembleia Municipal, com os serviços da Câmara para ser melhorado no futuro, nomeadamente a participação dos alunos das escolas em futuras edições devem estar presencialmente e não remotamente. Deve ser um dia que envolva todos os nossos jovens para que se possa promover esta participação cívica. Aquele momento de exposição pública e do contacto dos jovens com os decisores, não é todos os dias que os jovens podem estar cara a cara com o presidente a dar-lhe sugestões para o seu trabalho, com os vereadores, e com o presidente da assembleia. Portanto, em futuras edições, deve ser utilizado um espaço maior com condições para estarem mais alunos. Cineteatro Caracas: Começa agora a ser premente a necessidade de respostas. Nós tivemos várias prorrogações de prazo para a entrega do Teatro Municipal. A última prorrogação que nós aprovamos, o prazo final foi 27 de abril de 2023, portanto, já passou. Nós gostaríamos de saber: se já foi feita a entrega definitiva da obra? Se já foi feita a receção da obra por parte da câmara municipal? O que é que falta fazer? Em relação às licenças: o senhor presidente já falou que falta a licença do IGAC. Em janeiro, já faltava a licença do IGAC. Na última reunião disse-nos novamente que faltavam as telas finais que têm que ser apresentadas pelo empreiteiro para aprovação final do IGAC. O que é que falta mesmo, para não estarmos agora com adiamentos porque faltam as licenças e falta não sei o quê? Todo este trabalho, se podia ter sido previamente feito e se não podia? O que é que falta agora para o Teatro Municipal estar ao serviço dos oliveirenses? Normas gerias de utilização: O espaço não pode abrir sem as normas gerais de utilização. O Senhor Presidente respondeu, em janeiro, que elas estavam prontas, faltavam apenas alguns aspetos (taxas). Se estavam prontas em janeiro, estamos em maio, porque é que ainda não vieram à reunião de câmara? Porque é que não estamos a adiantar serviço? Programador: Nós vamos ter um programador cultural? Vamos ter um espaço cultural importante, vai ter que ter uma programação pensada, não é? Vai ser contratada uma*

*peessoa? Vai ser alguém da autarquia que vai assumir essas funções? Esse procedimento já está feito? Equipa: O Teatro Municipal vai precisar de uma equipa técnica para o som, para as luzes, é preciso uma equipa para trabalhar no Teatro Municipal. Está preparada essa equipa? Está constituída essa equipa? Estão designadas essas pessoas? Vai a Câmara ter de contratar pessoas? Os procedimentos estão pensados e preparados? Promoção do espaço e divulgação de eventos, agenda cultural, estratégia de promoção: - Está feita? - Está pensada? Criação de um site: o Teatro Municipal vai ter que ter um site específico com a programação, com os eventos, com toda a informação necessária, com a divulgação do próprio espaço. Está criado esse site? Vai ser criado? A câmara pensou nisso? Se não pensou, não acha que devia ser criado e devia ser pensado? Portanto, Senhor Presidente, começamos a ficar todos um pouco ansiosos com a abertura do nosso Teatro Municipal. As nossas coletividades, as nossas associações precisam também do espaço para fazer as suas festas. Portanto, é preciso respostas para os oliveirenses. Quando é que vai abrir efetivamente o Teatro Municipal, Senhor Presidente?” =====*

*===== Intervenção da Senhora Vereadora **Joana Ferreira** (gravação 01:44:45): “Ontem, a Indáqua avisou-nos que: ia haver um corte de água em algumas freguesias das 23 horas às 06 da manhã, do dia 23 para 24; em Oliveira de Azeméis e outras freguesias, que iria cortar a água das 06 da manhã às 06 da tarde. Primeiro: estamos a falar de um bem essencial que não pode ser cortado, é absolutamente assustador alguém ter o poder de cortar o acesso à água a alguém. A justificação é que: há obras que têm que ser feitas. Mas, então, que as façam num período em que não cause tanto transtorno como aquele que causou ontem. Nós pessoas mais velhas que não têm condições para conseguir a sua satisfação de cuidados básicos de higiene entre outros. Tivemos também o encerramento de uma série de estabelecimentos, restaurantes, cabeleireiros, clínicas, laboratórios, que não podem funcionar sem água. Aqui a questão que se coloca é: quem é que assume este gasto de ter os seus estabelecimentos encerrados e ter de continuar a pagar aos seus funcionários? Às duas da tarde, a Indáqua diz: «Olhem, afinal as obras correram muito bem e não houve a necessidade de cortarmos a água.» - Isto para mim é absolutamente inconcebível uma empresa privada que gere a água da qual todos nós precisamos poder tomar estas decisões. E depois não notificou os seus clientes que afinal já podiam fazer tudo normalmente. Eu não vi nenhum aviso de retoma. Ou dizerem: afinal, se calhar, podem abrir. Não. Informaram que das 6 da manhã às 18 horas estaria tudo encerrado. Toda a gente aflita de como é que haveria de fazer nesse dia e efetivamente não houve corte nenhum. Senhor Presidente, eu acho que nós devemos refletir um bocadinho sobre isto. Perceber se estas obras não poderiam ser feitas em alturas que as pessoas não necessitem do acesso à água como nós necessitamos diariamente. Isto mexeu um bocadinho, no sentido da quantidade de mal-estar que trouxe aos oliveirenses e os prejuízos.” ==*

*===== Intervenção do **Senhor Presidente** para dar resposta às intervenções anteriores (gravação 01:49:0): “Em relação ao Prémio de Cidadania 2022: Eu tenho que defender os serviços da Câmara Municipal, porque são inúmeros os exemplos de protocolares muito bem-sucedidos:*

comemorações do dia 16 de Maio; a Assembleia Municipal Jovem; o Mercado à Moda Antiga; correu muito bem ontem, aqui, - Aproveito para dar os parabéns a quem organizou o protocolo para a inauguração das obras de requalificação da Biblioteca e da apresentação do Programa de Dinamização Cultural Ferreira de Castro. O Prémio Cidadania 2022, não foi organizado em termos protocolares pela Câmara Municipal. A Assembleia Municipal fê-lo e por isso é que não viu lá o Gabinete de Comunicação e Imagem da Câmara Municipal com as pessoas que habitualmente asseguram o protocolo da Câmara Municipal. A Assembleia Municipal tem autonomia para organizar o protocolo das sessões que promove. Se alguma coisa não correu bem cabe-nos a nós melhor. Em relação à Assembleia Municipal Jovem: A organização e definição dos espaços é da responsabilidade da escola que organiza a Assembleia. Seguramente que essa avaliação entre a Divisão Municipal de Educação e as escolas vai ser feita. Em relação ao Teatro Municipal de Oliveira de Azeméis: Se a obra está entregue definitivamente? Não está entregue definitivamente, porque a obra só está entregue definitivamente quando estiver todo pronto e não está tudo pronto. As telas finais ainda não foram entregues na totalidade. Nós já promovemos uma reunião com a equipa de projeto que vai fazer o aditamento ao projeto (com as alterações em obra) com base nas telas finais, ou seja, com base naquilo que efetivamente está no equipamento, para que depois o IGAC possa analisar rigorosamente o que lá está e emitir o seu parecer. Sem o parecer do IGAC não podemos ter atividades culturais a realizar-se no equipamento. As normas gerais de utilização: Já tive oportunidade de apreciar o esboço das normas gerais de utilização, pediram-me os meus contributos e eu dei-os em tempo oportuno. A questão da promoção cultural: Temos feito reuniões com vários programadores culturais que nos são referenciadas como sendo pessoas com reconhecida competência neste domínio. A programação cultural que nós queremos é uma programação para o concelho para que as coisas sejam integradas, sejam reguladas, e não tenhamos eventos da mesma natureza a coexistir no mesmo limite, no mesmo período temporal. Queremos alguém que olhe para a Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, para a Galeria Tomás Costa, para a futura Oficina de Artes de Oliveira de Azeméis, para o Cineteatro Caracas, Centro Lúdico. A questão da equipa técnica para o Caracas e para a cultura: Vai depender daquilo que o programador cultural vai definir. Não estamos a pensar exclusivamente no Teatro Municipal. O Teatro Municipal tem uma atividade natural, tem uma programação que é um conjunto de eventos que se realizam, mas a cultura no concelho nós queremos que seja muito mais do que isso. Há necessidade de termos esta programação cultural devidamente organizada e planeada. Nós queremos ter programação no concelho, e já temos, mas coordenada. A equipa que estamos a trazer é precisamente na perspetiva de olhar para aquilo que é a realidade hoje no concelho e aquilo que é a realidade que nós queremos. Falamos na programação cultural para o concelho, falamos da nossa etnografia, do nosso folclore, das nossas bandas de música, dos grupos de cantares, falamos do vidro, falamos de muitas coisas que são importantes para promover culturalmente o concelho. O plano de comunicação que vamos ter, para essa programação cultural concelhia, depende também desse programador cultural. O programador cultural que viermos a escolher vai nos dizer: «Eu quero

*esta equipa, são estas pessoas com quem eu trabalho há vários anos e é com estas pessoas com quem quero continuar a trabalhar; Ou, então, sugere que se contrate um individuo de palco, um individuo de som, de vídeo, um individuo para controlar os assistentes de sala. É o próprio programador que vai definir isto. Naturalmente que começamos a fazer este trabalho já há muitos meses. Temos, neste momento, um conjunto vasto de informação. Nós queremos alguém que nos traga uma dimensão diferente para a cultura do concelho. Em relação ao site para os eventos: Vai haver uma área onde mas vamos ter a oportunidade de olhar para a programação cultural do concelho, onde está lá a programação do Teatro Municipal, da Galeria Tomás Costa...É assim que deve ser. Já temos orçamentos, já sabemos quanto é que nos vai custar. Eu não quero dizer quanto é que nos vai custar, porque isso depende da escolha que nós fizermos. Pode ser cem mil euros, como pode ser meio milhão de euros. Temos propostas para estas duas dimensões. Depende da capacidade que nós temos para alimentar um projeto destes com esta injeção de recursos financeiros. A nossa preocupação, e eu queria deixar isto bem claro, é uma solução para a programação cultural do concelho. É isso que estamos à procura. É essa equipa que estamos à procura, não é equipa para um equipamento. Estamos à procura de uma equipa de programação cultural para a cultura do concelho. Esta é uma questão que vamos decidir, julgo que, no próximo mês de junho/julho teremos definida a questão da seleção do programador cultural. Depois vamos ver como é que se faz a tramitação para a sua contratação.” -----*

*Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** (gravação 02:09:50): “Sobre isso, nós estamos inteiramente de acordo que tem que haver uma coordenação dos eventos a nível municipal. Aliás, o nosso programa eleitoral tinha sugestões muito concretas sobre isso. Não temos problema nenhum em que possam utilizar aquelas sugestões que foram dadas por quem entende de programação cultural. Não estou é a perceber bem o conceito de um programador cultural se encarregar não só da programação cultural do Teatro Municipal, mas também das festas e festinhas. Vocês estão à procura de uma pessoa com outro tipo de abrangências, porque um programador cultural tem um determinado número de competências. A equipa é que terá que ter outras competências.” ----*

*Senhor Presidente (gravação 02:11:07): “Não vamos confundir um programador cultural que é a pessoa que supervisiona, alinha estratégias, que pensa a cultura do concelho, com o responsável da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, com o responsável do Teatro Municipal, com o responsável do Centro Lúdico ou da Biblioteca de Ossela. Esses responsáveis têm que existir, são parte integrante da equipa do programador cultural. O programador cultural vai pegar naquilo que existe, vai trabalhar aquilo que existe e vai complementar com outras dimensões. Em relação àquilo que foi dito pela Vereadora Joana: A Indaqua é a entidade responsável pela gestão da nossa rede de água e saneamento. Há uma grande intervenção que foi planeada com todo o cuidado para causar o mínimo de impacto às pessoas. É evidente que a Indaqua não é irresponsável ao ponto de maltratar os seus clientes. A Indaqua prepara as pessoas para o pior cenário possível. O planeamento foi feito para: se as coisas não correrem perfeitas: nós temos aqui este período, portanto, acautelem-se. É evidente que o período escolhido das 23h às 6h da manhã que é precisamente um período onde nós procuramos causar o mínimo impacto possível*

nas pessoas, onde as pessoas consomem, em princípio, menos água. Tenho a certeza absoluta que essa análise foi feita. Felizmente as coisas correram bem e até excederam todas as expectativas. Porque a equipa/empreiteiro que fez a intervenção planeou muito bem a intervenção e podemos dizer que a intervenção foi irrepreensível. Portanto, por ter sido irrepreensível é que o prazo que estava estimado para a sua duração foi substancialmente diminuído em alguns casos. Onde há reservatórios, continuamos a ter água; onde não temos reservatórios, fechou a torneira. Não é verdade que eles fazem o que lhes apetece. Nós temos reservatórios com capacidade, caso haja uma falha na rede, temos algum tempo, não muito, de podermos fornecer água à população. Mas temos zonas onde o abastecimento é direto e quando falha a água, falha. Quer isto dizer que precisávamos de mais reservatórios. A operação foi feita e depois a entrada em carga da rede foi feita, os reservatórios demoram algum tempo a recuperar, infelizmente em alguns casos ficaram sem água, em outros não ficaram sem água. Agora não duvidem que houve preocupação para que se causasse o menor impacto possível. É evidente que há um conjunto de respostas que sem água pública não pode funcionar.” -----

**Senhora Vereadora Carla Rodrigues** (*gravação 02:20:15*): “A comunicação não foi a correta. As mensagens que eu, enquanto consumidora, recebi em dois dias seguidos foram: «Devido a obras interromperemos o fornecimento da água.» Podiam ter dito: «Vamos proceder a obras, há a eventualidade de haver um corte, previnam-se. Agora não. Isto foi dado como um dado adquirido e por isso é que os estabelecimentos comerciais nem sequer abriram. Ora, se durante a noite as obras correram bem e já não houve essa necessidade, todos nós devíamos ter recebido um sms e as pessoas ajustavam o seu dia-a-dia. Ninguém mais disse nada. Podiam ter informado as pessoas. Além dos prejuízos, também ao nível da comunicação falhou.” -----

**Senhor Presidente** (*gravação 02:21:47*): “A informação que eu tenho é que foi feita uma comunicação intensa no sentido de avisar as pessoas dos cortes que iam acontecer. Claro que as pessoas, em função dos avisos que foram feitos, tomaram as suas decisões para os seus negócios, para as suas vidas. As coisas correram melhor do que aquilo que estava planeado. Não me parece que seja fácil inverter um processo onde alguém já tinha decidido o fecho dos estabelecimentos e dado essas indicações aos colaboradores e aos fornecedores. Não me parece que seja fácil de inverter. Mas eu posso fazer chegar à Indaqua essa preocupação.” =====

===== **Intervenção do Senhor Vereador Hélder Simões** (*gravação 02:23:52*): “Só uma nota: Passou a mensagem de que não houve corte. A água foi cortada na adutora, a intervenção foi toda noturna e começou às 23 horas, do reservatório de Cesar. Depois é preciso um espaço temporal para que a água que está nas condutas seja consumida. Por isso é que há dois períodos: A comunicação é diferente e faz ruído. Há municípios que receberam a mensagem a dizer que é das 23 horas às 06 da manhã e há outros que têm até às 12, ou 14, ou 18 horas, conforme as freguesias. Porquê? Porque as freguesias que estão abastecidas diretamente pela adutora, nomeadamente S. Roque e Nogueira do Cravo, têm impactos imediatos, ficaram sem água durante a noite. Mas também são os primeiros a terem restabelecida a água. Provavelmente, a

massificação destes avisos levou a uma alteração de comportamentos das pessoas, houve um maior consumo prévio às 23 horas do dia em que estava previsto o corte e as reservas existentes foram suficientes para no período da manhã haver água de forma a não ter faltado. Os trabalhos no local também correram muito melhor do que o expectável. Portanto, acho que a Indáqua teve cautelas excessivas, mas permitiu que as pessoas se programassem. Obviamente que há impactos. Ninguém os nega. Isto foi uma situação excepcional, não está prevista mais nenhuma para os próximos tempos. Mas se aparecer tem que se fazer. Agora é preciso que as comunicações para futuro possam ser melhoradas. Se calhar teria sido bem pior se nós tivéssemos dito que a intervenção é até às 12 e estivéssemos até às 18 horas sem água.” =====

### ===== ORDEM DO DIA =====

===== A Câmara Municipal apreciou e tomou conhecimento dos seguintes documentos: -  
Modificação Orçamental nº 12/2023. =====

### ===== ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO =====

===== APROVAÇÃO DE ATAS (gravação 02:27:45): O Senhor Presidente colocou à votação as atas nº 39 e nº 40, as quais foram aprovadas por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Senhores Vereadores que não estiveram presentes na reunião a que ela respeita, por força do nº 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo. =====

### ===== PESSOAL =====

===== ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO CERTO, INTEGRAL OU PARCIAL, DE QUATRO (4) TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LICENCIADOS PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA (AAAF) E DOZE (12) TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NÃO LICENCIADOS, PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (CAF), PARA A DIVISÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA O ANO LETIVO 2023/2024 (I/33661/2023) - AUTORIZAÇÃO/APROVAÇÃO (gravação 02:27:55): Pelo Senhor Vereador Fernando Ricardo Bastos, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: O Regulamento da Organização dos Serviços Municipais - Estrutura Matricial e Flexível, que cria e densifica as competências funcionais das Unidades Orgânicas Flexíveis e das Equipas Multidisciplinares; Que no âmbito da descentralização, estão inseridas as atribuições em matéria de Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º Ciclo; A oferta de Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) destina-se a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário das atividades educativas e durante os períodos

*de interrupção destas atividades; Os fundamentos invocados pela Divisão Municipal de Educação (conforme informação I/32932/2023), da necessidade de reforço de pessoal de técnicos especializados licenciados para Atividades de Animação e de Apoio à Família - AAAF e técnicos especializados não licenciados, para o exercício da atividade da Componente de Apoio à Família - CAF, que se anexa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Que no mapa de pessoal para 2023, aprovado por deliberação do órgão Executivo e Deliberativo de 24/11/2022 e 07/12/2022, respetivamente, foram previstos: quatro (4) postos de trabalho para Técnicos especializados licenciados para o desenvolvimento de Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) e doze (12) postos de trabalho, de técnicos especializados não licenciados, para o desenvolvimento da Componente de Apoio à Família (CAF); - Os pareceres emitidos pela Unidade Municipal de Assuntos Jurídicos e Contencioso de 14/08/2020 e 22/08/2020, que se anexa (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), sobre a contratação destes profissionais; - Que a Administração Pública deve pautar-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade processual, garantindo o cumprimento do princípio da boa administração, previsto no Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º4/2015, de 7 de janeiro, na redação atual; - A prossecução das estratégias e objetivos anuais definidos pelo Executivo; - Que os encargos daqui decorrentes têm enquadramento na rubrica e dotação orçamental já aprovados para “Novos Recrutamentos - Contratos a Termo” em 2023 (I/73262/2022), na rubrica e dotação orçamental com os CFD’s 370/2023 e 380/2023; - Que o recrutamento se revela urgente e imperioso, tendo em conta o interesse supremo dos alunos, as necessidades das famílias, de forma a assegurar as necessidades temporárias de serviço no âmbito Animação e de Apoio à Família (AAAF), e da Componente de Apoio à Família (CAF), para o ano letivo 2023/2024, e promover a igualdade de oportunidades e o combate às diversas formas de exclusão social e escolar, construindo uma escola mais inclusiva; - Que de acordo com a solução interpretativa uniforme da DGAL, homologada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração Local - Despacho n.º 2556/2014, de 15.07, as Autarquias Locais não têm de consultar o INA no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação (art. 16.º-A do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03.09), sendo entidades gestoras subsidiárias, enquanto as EGRA não estiverem em funcionamento; - Que os artigos 4.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03.09, na redação atual, estabelece que o recrutamento necessário à ocupação de todos ou alguns postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal, aprovado nas condições determinadas no artigo 30.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20.06, com as alterações introduzidas pelo Lei n.º 25/2017, de 30.05, é precedido de aprovação do respetivo órgão executivo; - Não ser possível recorrer à mobilidade interna neste organismo por não existirem trabalhadores/as disponíveis para exercerem aquelas funções; - Que não foi emitido despacho prévio favorável que permita a utilização do mecanismo de negociação; - Que nos termos dos n.º 3 do art. 7.º do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 03.09, na sua atual redação, a lista de ordenação que contenha candidatos que cumpram os requisitos e perfil exigidos, em número superior às vagas publicitadas, considera-se*

como reserva de recrutamento até ao final do respetivo ano escolar. Assim, ao abrigo dos artigos 4.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 209/209, de 03.09, conjugado com o disposto no artigo 30.º, 33.º, na alínea h) do n.º 1 do artigo 57.º todos do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20.06, na redação atual e n.º 1 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 03.09; Proponho, que se submeta à autorização/aprovação da Câmara Municipal da: - Abertura de procedimento concursal para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial de quatro (4) técnicos especializados licenciados para o exercício das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) e na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo completo de doze (12) técnicos especializados não licenciados, para o desenvolvimento da Componente de Apoio à Família (CAF), para o ano letivo 2023/2024, na Divisão Municipal de Educação, lugares estes previstos no mapa de pessoal e plano anual de recrutamentos, ao abrigo da Portaria n.º 644-A/2015, de 24.08, n.º 4 do art. 30.º do anexo à Lei n.º 35/2014 de 20.06 e posteriores alterações, Decreto-Lei n.º 212/2009 de 03.09 e Portaria n.º 233/2022, de 09.09; sendo unicamente adotado o método de seleção, Avaliação curricular (AC), nos termos e ao abrigo do n.º 6 do art. 36.º da citada Lei n.º 35/2014, de 20.06; - Tendo em conta os Princípios da racionalidade, celeridade e economia processual do recrutamento que devem presidir à atividade municipal, se delibere ainda, ao abrigo do citado n.º 4 do art. 30.º do Anexo à LTFE, que o recrutamento seja efetuado de entre trabalhadores com vínculo de emprego público a termo resolutivo, ou sem vínculo de emprego público, efetuando-se o recrutamento de acordo com as prioridades estabelecidas na lei; - Que o Júri tenha a seguinte composição: Presidente: Nuno Miguel Silva Tavares, Chefe de Divisão Municipal de Educação; vogais efetivos: Sérgio Henrique Oliveira Bastos, Técnico Superior e Maria Rosário Nunes Pinho, Técnica Superior. Vogais suplentes: Irina Maria Gomes Almeida, Técnica Superior e Ana Lúcia Tavares Matos Gomes, Técnica Superior. O primeiro vogal suplente substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.” A Senhora Vereadora **Joana Ferreira** referiu que: “Nós, como é normal, vamo-nos abster.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por maioria, com três abstenções do Senhores/as Vereadores/as do PSD, quatro votos a favor dos Senhores/as Vereadores/as do PS e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **DEFINIÇÃO DE PREÇO DE VENDA DO LIVRO “MEMÓRIAS DO NOSSO TEMPO” (I/33057/2023) - APROVAÇÃO** (gravação 02:28:30): Pelo Senhor Vereador Rui Luzes Cabral, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que no art.º 21.º da Lei n.º 73/2013 é definido que “Os preços e demais instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos (...) não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens”. - Que, de acordo com os dados apresentados pela entidade

forneecedora, o custo unitário para a execução gráfica do livro “Memórias do Nosso Tempo” é de 15,08€ acrescido de IVA à taxa de 23%. - Que para a determinação da margem sobre o preço de custo dos artigos deverá ter-se em atenção que para além dos custos de aquisição poderão existir custos de pessoal, de transporte, armazenagem, conservação, eventuais perdas e outros inerentes ao funcionamento dos locais de venda e exposição. - Que para a análise concreta do custo suportado pelo Município com a venda dos livros “Memórias do Nosso Tempo” foi efetuada a estimativa de outros custos envolvidos no processo. Foi estimado custo para atendimento no momento da venda e emissão da guia de receita, resultando num custo acrescido de 2,49€ por livro, conforme discriminado na informação técnica anexa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas). - O acréscimo de custo apurado anteriormente representa 13,4% do custo de aquisição do artigo, resultando esta percentagem do peso relativo dos custos administrativos sobre o valor de aquisição. Proponho: A definição do preço de venda dos exemplares do livro “Memórias do Nosso Tempo” com um acréscimo de 13,4% sobre o custo de aquisição totalizando 21,04€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Considerando a taxa reduzida de IVA de 6%, o valor final de venda seria de 22,30€, propondo o seu arredondamento para 22,50€.” Intervenção da Senhora Vereadora **Carla Rodrigues**, referiu que: “Admitimos como boa a avaliação que fizeram, não fazemos ideia se é o preço justo. O livro tem qualidade, a encadernação tem qualidade e, portanto, vamos votar a favor.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **ACEITAÇÃO DE LIVROS DOADOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL FERREIRA DE CASTRO (BMFC) (I/33425/2023) - APROVAÇÃO** (gravação 02:19:14). Pela Senhora Vereadora Ana Filipa Oliveira, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Decorre dos artigos 73.º e 78.º da Constituição da República Portuguesa, que todos têm direito à educação, cultura, fruição e criação cultural, assim como à defesa e valorização do património cultural; - Incumbe ao Estado, em colaboração com os agentes culturais, a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso a todos os cidadãos à fruição e criação cultural, nos termos do disposto artigos 73.º e 78.º da Constituição da República Portuguesa; - A Biblioteca Municipal Ferreira de Castro assume como missão a promoção da educação, da cultura, da informação e do lazer em torno do livro e da leitura, de modo tendencialmente gratuito e universal, de acordo com os princípios consignados pelo Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas; - Todo o apoio que seja concedido à biblioteca, por particulares ou entidades coletivas, que permita promover boas práticas de gestão cultural, como é o caso de doações e legados de documentação, que possam enriquecer a coleção da BMFC e contribuir para as necessidades e interesses dos/as seus/suas utilizadores/as, é encarado na perspetiva da prossecução do serviço público; - Compete à Câmara Municipal, no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e gestão corrente, aceitar doações e legados a benefício de inventário, e que as disposições referentes a esta matéria se encontram estatuídas nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º

do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a qual aprova o Regime das Autarquias Locais; No primeiro trimestre de 2023 foram entregues na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, para oferta, 3219 documentos; Alguns dos documentos entregues encontram-se em bom estado de conservação e com potencial para enriquecer a coleção da BMFC; outros encontram-se em mau estado de conservação; e outros ainda que apesar de potencialmente interessantes encontram-se em mau estado de conservação e contaminados com fungos; Propõe-se: - A aceitação e integração de 10 documentos na coleção da BMFC; - A aceitação de 78 documentos para provisionamento da cabine de leitura; - A aceitação condicional de 2844 documentos, os quais terão de ser submetidos a tratamento/desinfestação, previamente à sua integração na coleção da BMFC, devido à presença de fungos; - A remessa de 287 documentos para descarte devido ao seu mau estado de conservação e falta de pertinência.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

== **NÚCLEO DE COMPETÊNCIAS DE AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA** ==

===== **PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS RELATIVAS À EMISSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO E DE AUTORIZAÇÕES DE LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E OUTROS ARTEFACTOS PIROTÉCNICOS (I/30012/2023) - APROVAÇÃO/RATIFICAÇÃO** (gravação 02:30:08): Pelo Senhor Vereador Rogério Ribeiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: Associações Culturais e Juntas/Unões de Freguesia promoveram ou vão promover festividades, tendo sido solicitado a isenção do pagamento das taxas de emissão de alvarás de licença especiais de ruído e de emissão de autorização para lançamento de fogo-de-artifício e outros artefactos pirotécnicos; As referidas entidades e as festividades enquadram-se no escopo, regime e critérios de isenção total, previstos e fixados pela Assembleia Municipal no âmbito da aprovação do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis, nos termos e abrigo das alíneas a) e b), do n.º 3, do artigo 6.º, do referido regulamento; Os valores das taxas a isentar para a emissão dos alvarás solicitados são os constantes na tabela; Ao isentarem-se as referidas taxas o Município de Oliveira de Azeméis estará a apoiar, promover e a incentivar a prática de festividades tradicionais e culturais, justificando-se assim o interesse público municipal e até como forma de incentivo ao desenvolvimento de atividades culturais, desportivas, religiosas, entre outras nos termos e para os efeitos do art.º 23.º n.º 2 alíneas e) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; Nos termos do n.º 9, do Art.º 16,º da Lei nº 73/2013, na sua redação atual, o reconhecimento do direito à isenção é da competência da Câmara Municipal, no estrito cumprimento dos pressupostos fixados na deliberação da Assembleia Municipal, no caso via critérios estabelecidos no regulamento citado; Nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1, do Artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio à realização de eventos com interesse para o

*município e apoiar atividades de natureza social, cultural, educacional, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município: Assim, no uso das competências da Câmara Municipal, e com base nos fundamentos e verificadas as condições mencionadas, reconheço o direito e proponho a isenção do pagamento das taxas identificadas na tabela, apresentada em documento anexo à presente proposta de deliberação. Ainda, nos termos do n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações e dadas as circunstâncias excecionais e por motivo de urgência não ter sido possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, e no uso excepcional das competências atribuídas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, e com base nos fundamentos e verificadas as condições mencionadas, foi reconhecido o direito à isenção do pagamento das taxas para as festividades e eventos referidos na tabela (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), também apresentada no documento anexo à presente proposta, devendo este ato ser submetido a ratificação na reunião de Câmara Municipal. Mais se efetue a devida publicação, nos termos e para os efeitos do n.º 1, do Art.º 79º da Lei nº 73/2013.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. ===*

===== **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES** =====

===== **ALTERAÇÃO DA POSTURA DE TRÂNSITO NA RUA DAS ALDAS, RUA DA PORTELA, RUA DO ALMEU E RUA MESTRA AIDA AUGUSTA PEREIRA - UNIÃO DE FREGUESIAS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, SANTIAGO DE RIBA-UL, UL, MACINHATA DA SEIXA E MADAIL (I/30282/2023) - APROVAÇÃO** (gravação 02:30:30): Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n. º1, alínea qq); - A abertura ao tráfego da via adjacente à superfície comercial e a sua ligação à Rua das Aldas que potencia novas dinâmicas no tráfego; - Evitar acidentes com a colocação de sinalização que se encontra em falta em algumas ruas; **Proponho:** - Colocação de um sinal B2 no cruzamento da Rua das Aldas, junto da nova ponte; - Colocação de um sinal B2 no entroncamento da Rua das Aldas com as Ruas do Alméu e da Portela; - Colocação de um sinal B2 na bifurcação das Ruas Mestre Aida Augusta Pereira e Professora Noémia Aguiar (vias públicas sem saída),



*Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por unanimidade, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta apresentada. ===*

===== **APROVAÇÃO DE POSTURA DE TRÂNSITO PARA A FREGUESIA DE CUCUJÃES (I/30827/2023) - APROVAÇÃO** Retirado para melhor análise. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA “REABILITAÇÃO DA EBS DE FAJÕES - BLOCO C - FAJÕES” PROCESSO Nº 030/2017/DEC - PRORROGAÇÃO DE PRAZO (I/33303/2023) - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO** *(gravação 02:31:05)*: Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a aprovação da ratificação pelo Sr. Presidente relacionada com a prorrogação de prazo por 45 dias da Empreitada “Reabilitação da EBS de Fajões - Bloco C - Fajões” Processo n.030/2017/DEC, conforme documentos anexos (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas).” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA “ESTAÇÃO MULTIMODAL DE TRANSPORTES DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS” - PROCESSO Nº 025/2020/DEC - AUTO DE MEDICÃO Nº 22 (I/32170/2023) - APROVAÇÃO** *(gravação 02:31:45)*: Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência

I/31081/2023, proponho a aprovação do Auto de Medição nº 22 relativo a trabalhos contatuais, com o valor de € 8.461,47 acrescido de IVA, da Empreitada “Estação Multimodal de Transportes de Oliveira de Azeméis” Processo nº 025/2020/DEC Tem compromisso de fundo disponível (CDF) nº 42/2021 para a DAPE, Lda. e nº 1871/2020 para a Axis Arte, Lda.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA: “REPAVIMENTAÇÃO DE VIAS NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS” - PROCESSO N.º 026/2020/DEC - LOTE 1 - APROVAÇÃO AUTO Nº 11 DE TRABALHOS CONTRATUAIS E AUTO Nº 2 DE TRABALHOS A MENOS (I/30369/2023) - APROVAÇÃO** (gravação 02:32:05): Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/55055/2022 e respetivos anexos (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Auto de Medição nº 11, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 6.677,04€, ao qual acresce o IVA, e Auto de Medição nº 2, relativo a trabalhos a menos, com o valor de 108.491,11€ da empreitada “Repavimentação de Vias no Município de Oliveira de Azeméis” - Processo N.º 026/2020/DEC - Lote 1. Com o compromisso de fundo disponível (CFD) nº 1595/2020.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. ==

===== **CONSTRUÇÃO DO PARQUE URBANO E CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DA CIDADE DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/33835/2023) - APROVAÇÃO DO PSS** (gravação 02:33:05): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta a informação anexa, proponho a aprovação do Plano de Segurança e Saúde relativo à empreitada de Construção do Parque Urbano e Centro de Interpretação Ambiental da cidade de Oliveira de Azeméis.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por maioria, com três abstenções dos Senhores/as Vereadores/as do PSD, quatro votos a favor dos Senhores/as Vereadores/as do PS e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADE: ARLINDO GOMES (I/30645/2023) - APROVAÇÃO** (gravação 02:33:30): Pela Senhora Vereadora Ana Filipa Oliveira, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerandos: O requerente veio solicitar ao abrigo do disposto no artigo 54, da Lei 91/95 de 02/09, autorização para constituição do regime de compropriedade sobre o prédio rustico inscrito na matriz pelo artigo 2645 (rústico), da União de freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail. Nos termos do n.º 1 do referido artigo, “a celebração de qualquer ato jurídico entre vivos que possa

*vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do numero de compartes dos prédios rústicos carece de parecer favorável da Câmara Municipal. No n.º 2 do artigo, refere-se que o parecer só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negocio visa ou dela resulta parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana. Em termos de rentabilidade económica, no caso concreto, não se pretende o parcelamento físico do prédio, pois os adquirentes pretendem adquirir a totalidade: tendo assegurado a compropriedade para todo o terreno e não para parcelar o mesmo, atendendo a exploração individual de cada uma das parcelas. Pelo exposto, somos de propor a emissão de parecer favorável a compropriedade.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, deferir o pedido apresentado, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====*

**===== PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE: ARMANDO DE OLIVEIRA CASTRO (I/30934/2023) - APROVAÇÃO** *(gravação 02:33:35):* Pela Senhora Vereadora Ana Filipa Oliveira, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerandos: O requerente veio solicitar ao abrigo do disposto no artigo 54, da Lei 91/95 de 02/09, autorização para constituição do regime de compropriedade sobre o prédio rustico inscrito na matriz pelo artigo 4595 (rústico) da freguesia de Loureiro. Nos termos do n.º 1 do referido artigo, “a celebração de qualquer ato jurídico entre vivos que possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do numero de compartes dos prédios rústicos carece de parecer favorável da Câmara Municipal. No n.º 2 do artigo, refere-se que o parecer só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negocio visa ou dela resulta parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana. No caso concreto, não se pretende o parcelamento físico do prédio, pois os adquirentes pretendem adquirir a sua totalidade. Pelo exposto, somos de propor a emissão de parecer favorável a compropriedade.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, deferir o pedido apresentado, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

**===== REUNIÃO PÚBLICA - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =====**

*===== O senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ossela - José Santos, que agradeceu o facto de a reunião de câmara se ter realizado na freguesia de Ossela. =====*

*===== Aprovação por minuta: Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº 3, e para efeitos do disposto no nº 4, do artigo 57º, do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. =====*

=====*A presente ata foi distribuída por todos os presentes, procedimento que dispensa a respectiva leitura, conforme determina o n° 4 do D.L. 45.362, de 21 de novembro de 1963.*=====

=====*E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 12 horas e 15 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Jorge Ferreira, e por mim, Jaime Manuel da Silva Marques, que na qualidade de secretário a redigi.*=====

*O Presidente da Câmara Municipal,*

*O Secretário,*